



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EM**

**30 DE JUNHO DE 2021**

## SUMÁRIO

	FOLHA
<b>1 BALANÇO PATRIMONIAL</b>	<b>3 e 4</b>
<b>2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>	<b>5</b>
<b>3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>6</b>
<b>4 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>6</b>
<b>5 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>7</b>
<b>6 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>8</b>
<b>7 NOTAS EXPLICATIVAS</b>	<b>9 a 28</b>
<b>8 RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES</b>	<b>29 a 30</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Levantados em 30 de Junho de 2021 e Dezembro de 2020  
Valores expressos em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>197.877</b>	<b>165.150</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	131.239	51.616
Clientes	6	56.851	104.599
Outros Créditos	8	6.377	6.082
Tributos Compensáveis	9	3.002	2.764
Despesas pagas antecipadamente	10	408	89
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>551.988</b>	<b>540.102</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		<b>70.818</b>	<b>47.055</b>
Tributos Federais a Restituir	12	1.246	1.246
Depósitos Judiciais	11	75	75
Tributos Diferidos	13	61.139	37.376
Adiantamento a Acionistas	7	8.358	8.358
<b>Imobilizado</b>	<b>14</b>	<b>340.130</b>	<b>347.373</b>
<b>Intangível</b>	<b>15</b>	<b>140.839</b>	<b>145.399</b>
<b>Direito de Uso</b>	<b>16</b>	<b>200</b>	<b>275</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>749.864</b>	<b>705.252</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Levantados em 30 de Junho de 2021 e Dezembro de 2020  
Valores expressos em milhares de reais

<b>PASSIVO</b>	<b>NE nr.</b>	<b>30/06/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>106.927</b>	<b>95.464</b>
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	451	308
Fornecedores	18	2.496	2.269
Outras Obrigações Fiscais	19	1.194	1.570
Concessão de Uso de Bem Público	20	95.514	82.278
Pequisa e Desenvolvimento	21	6.885	8.376
Outras Contas a Pagar	22	387	663
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>675.498</b>	<b>596.298</b>
Concessão de Uso de Bem Público	20	675.434	596.158
Direito de Uso	16	64	140
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>(32.561)</b>	<b>13.490</b>
Capital Social	25.1	35.503	35.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial	25.2	255	255
Prejuízos Acumulados		(68.319)	(22.268)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>749.864</b>	<b>705.252</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020  
( Em Milhares de Reais - Exceto o Lucro por Ação)

	N.E	2021		2020	
		01.04.21 a 30.06.21	01.01.21 a 30.06.21	01.04.20 a 30.06.20	01.01.20 a 30.06.20
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	26	<b>37.924</b>	<b>87.679</b>	<b>34.621</b>	<b>85.709</b>
<b>( - ) Custos Operacionais</b>	27	<b>(14.604)</b>	<b>(30.569)</b>	<b>(13.572)</b>	<b>(27.615)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>23.320</b>	<b>57.110</b>	<b>21.049</b>	<b>58.094</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(2.026)</b>	<b>(2.148)</b>	<b>(1.600)</b>	<b>(2.967)</b>
Despesas Administrativas	28	(1.899)	(3.388)	(1.600)	(2.967)
Outras Receitas		(126)	1.240	-	-
<b>LUCRO ANTES RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS</b>		<b>21.294</b>	<b>54.962</b>	<b>19.449</b>	<b>55.126</b>
<b>RESULTADOS FINANCEIRO</b>	29	<b>(57.057)</b>	<b>(124.775)</b>	<b>(28.727)</b>	<b>(51.748)</b>
Receitas financeiras	29	4.395	8.551	441	1.109
Despesas financeiras	29	(61.451)	(133.326)	(29.168)	(52.857)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>(35.763)</b>	<b>(69.814)</b>	<b>(9.278)</b>	<b>3.378</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>12.168</b>	<b>23.763</b>	<b>3.160</b>	<b>(1.138)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	12.491	24.409	3.483	(492)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	13	(323)	(646)	(323)	(646)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(23.595)</b>	<b>(46.050)</b>	<b>(6.118)</b>	<b>2.240</b>
<i>LUCRO POR AÇÃO INTEGRALIZADA - EM REAIS</i>		<i>(0,391)</i>	<i>(0,764)</i>	<i>(0,101)</i>	<i>0,037</i>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

Períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	30/06/2021	31/03/2020
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(46.050)</b>	<b>8.358</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
Tributos sobre ganhos com ativos financeiros	-	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>(46.050)</b>	<b>8.358</b>

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

NE nr.	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de lucros		Total
			Reserva Legal	Lucros (prejuízos) Acumulados	
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2019</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	<b>-</b>	<b>42.859</b>
Lucro do período - Janeiro a Junho 2020	-	-	-	2.240	2.240
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-	-	(8.358)	(8.358)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2020</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>7.101</b>	<b>(6.118)</b>	<b>36.741</b>
Prejuízo - Julho a Dezembro de 2020	-	-	-	(31.609)	(31.609)
Absorção da reserva legal	-	-	(7.101)	7.101	-
Adiantamento a Acionistas	-	-	-	8.358	8.358
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2020</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>-</b>	<b>(22.268)</b>	<b>13.490</b>
Prejuízo - Janeiro a Junho de 2021	-	-	-	(46.050)	(46.050)
<b>Saldos em 30 de Junho de 2021</b>	<b>35.503</b>	<b>255</b>	<b>-</b>	<b>(68.318)</b>	<b>(32.560)</b>

" As notas explicativas integram as demonstrações financeiras "

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO

Períodos findos em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE nr.	30/06/2021	30/06/2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(46.050)</b>	<b>2.240</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa</b>			
Depreciação	27 e 28	9.372	9.315
Amortização	27	4.560	4.559
Variações monetárias não realizadas	29	133.298	52.827
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(23.763)	646
Provisão p/ litígios regulatórios		-	2.100
<b>Redução (aumento) dos ativos operacionais:</b>		-	-
Clientes	6	47.748	(22.870)
Outros créditos	8	(295)	(774)
Tributos compensáveis	9	(237)	(2.494)
Despesas pagas antecipadamente	10	(319)	(230)
<b>Aumento (redução) dos passivos operacionais:</b>			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	17	143	141
Fornecedores	18	227	(1.540)
Imposto de renda e contribuição social		-	(4.411)
Outras Obrigações Fiscais	19	(376)	(296)
Pagamento de direito de uso	22	(92)	(79)
Contas a pagar vinculadas a concessão - uso do bem público	29	(40.777)	(34.575)
Pequisa e Desenvolvimento	21	(1.492)	166
Outras Contas a Pagar	22	(260)	(55)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>81.686</b>	<b>4.670</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de imobilizado	14	(2.063)	(210)
Adições no intangível	15	-	(21)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.063)</b>	<b>(231)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Dividendos pagos		-	(8.151)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</b>		<b>-</b>	<b>(8.151)</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>79.623</b>	<b>(3.712)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes a caixa	5	51.616	37.878
Saldo final de caixa e equivalentes a caixa	5	131.239	34.166
<b>Varição no caixa e equivalentes a caixa</b>		<b>79.623</b>	<b>(3.712)</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
Períodos findos em 30 de Junho 2021 e 2020

	NE nr.	30/06/2021	30/06/2020	
<b>Receitas</b>				
Geração de energia , serviços e outras receitas	26	96.520	93.650	
<b>Total</b>		<b>96.520</b>	<b>93.650</b>	
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Encargos de uso da rede elétrica	27	8.018	7.513	
Compensação Financeira Utiliz. Rec. Hidricos	27	2.337	946	
Material, insumos e serviço de terceiros	27 e 28	6.662	5.321	
Outros insumos	27 e 28	214	333	
<b>Total</b>		<b>17.232</b>	<b>14.113</b>	
<b>(=) Valor adicionado bruto</b>		<b>79.288</b>	<b>79.537</b>	
<b>(-) Depreciação e amortização</b>				
	14 e 15	<b>13.932</b>	<b>13.874</b>	
<b>(=) Valor adicionado líquido</b>		<b>65.355</b>	<b>65.663</b>	
<b>(+) Valor adicionado transferido</b>				
Receitas financeiras	29	8.551	1.109	
Outras Receitas		1.240	-	
<b>Total</b>		<b>9.791</b>	<b>1.109</b>	
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>75.147</b>	<b>66.772</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
	NE nr.	30/06/2021	30/06/2020	%
<b>Pessoal</b>				
Remuneração e honorários	28	1.631	1.524	
Planos previdenciarios e assistencial	28	104	97	
Benefícios	28	182	168	
Encargos sociais - FGTS	28	415	374	
Participações nos lucros e/ou resultados		-	-	
<b>Total</b>		<b>2.333</b>	<b>2.162</b>	<b>3,1</b>
<b>Governo</b>				
Federal	26 e 13	(14.521)	9.455	
Estadual	28	4	2	
Municipal	28	25	18	
<b>Total</b>		<b>(14.492)</b>	<b>9.475</b>	<b>(19,3)</b>
<b>Terceiros</b>				
Juros e variações monetárias	29	133.326	52.857	
Arrendamentos e aluguéis	28	30	37	
<b>Total</b>		<b>133.356</b>	<b>52.894</b>	<b>177,5</b>
<b>Acionistas</b>				
Dividendos intercalares distribuídos		-	-	
Lucro (Prejuízo) do período		(46.050)	2.241	
Adiantamento a acionistas		-	-	
<b>Total</b>		<b>(46.050)</b>	<b>2.241</b>	<b>(61,3)</b>
		<b>75.147</b>	<b>66.772</b>	<b>100</b>

"As notas explicativas integram as demonstrações financeiras"



## NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Levantadas em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020  
(Em milhares de reais)**

### **1. Contexto Operacional**

A ELEJOR – Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A., com sede a Rua José de Alencar, 2021, Curitiba – PR, é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL, a qual detém 70 % (setenta por cento) do seu capital social. A Companhia foi constituída para implantação e exploração do CEFSC – Complexo Energético Fundão Santa Clara, localizado no Rio Jordão, na sub-bacia do Rio Iguaçu, abrangendo os municípios de Pinhão, Candói e Foz do Jordão, no Estado do Paraná. O CEFSC é composto pelas usinas hidrelétricas de Santa Clara e Fundão e pelas pequenas centrais hidrelétricas - PCH's Santa Clara I e Fundão I, com as seguintes potências instaladas e energias asseguradas:

UHE / PCH	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW) médios
UHE - Santa Clara	120,168	69,6
UHE – Fundão	120,168	65,8
PCH - Santa Clara e Fundão	6,075	4,9
	<b>246,411</b>	<b>140,3</b>

A Companhia ingressou com Ação Ordinária nº 1018438-81.2017.4.01.3400, ajuizada em 13 de dezembro de 2017, junto a 16ª vara da Justiça Federal do DF. Nesta ação, pleiteia-se a nulidade da Portaria MME nº 178/2017, que tratou da Revisão Ordinária da Garantia Física (GF) das Hidrelétricas – UHEs, despachadas centralizadamente pelo Sistema Interligado Nacional – SIN.

Neste momento, a entidade possui decisão proferida de maneira liminar, a qual garante a liquidação integral da GF de 140,300 MW médios no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia). Caso a portaria seja mantida, a redução da GF será de 2,6 MW médios.

### **2. Concessão**

A exploração dos aproveitamentos hidrelétricos é regulada pelo contrato de concessão nº 125/2001, firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, em 25 de outubro de 2001, com prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

Conforme Lei Federal nº 13.203/2015, a companhia optou pela repactuação do risco hidrológico, manifestado no despacho nº 43 – SEM-SRG/ANEEL de 11 de janeiro de 2016, e primeiro aditivo contratual de 22 de agosto de 2017, o qual estendeu o prazo final da concessão para 28 de maio de 2037.

O prazo da concessão poderá ser prorrogado, com base nos relatórios técnicos específicos preparados pela agente regulatório, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante requerimento da Concessionária, desde que a exploração dos Aproveitamentos Hidrelétricos esteja nas condições estabelecidas no Contrato, na legislação do setor, e atenda aos interesses dos consumidores.

Como pagamento pelo UBP (Uso do Bem Público) objeto do contrato, a Companhia recolherá à União, do 6.º ao 35.º ano de concessão, inclusive, contados da data de assinatura do contrato, ou enquanto estiverem na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 19.000 mil.

As parcelas são corrigidas anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, tomando por base a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir de maio de 2001.

### **3. Base de Preparação**

#### **3.1 Declaração de Conformidade**

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão. A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 30/07/2021.

#### **3.2 Base de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

#### **3.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4 Uso de Estimativas e Julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

### **4. Principais Políticas Contábeis**

#### **4.1 Instrumentos Financeiros**

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

A política contábil adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 para a classificação e a mensuração de instrumentos financeiros é a IFRS 9. Essa norma estabelece três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) ao valor justo por

meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e, (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). Substituindo as categorias existentes anteriormente na IAS 39: Mantidos até o vencimento, Empréstimos e Recebíveis ou Disponíveis para Venda.

#### A. Custo Amortizado (CA)

Compreende os ativos financeiros não derivativos mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Esses ativos são mensurados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando incorridos, reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### B. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

Esta categoria registra os ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais (compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros) quanto pela venda de ativos financeiros. Esses ativos são mensurados pelo valor justo, com ganhos e perdas levada ao patrimônio líquido, enquanto os juros, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

#### C. Valor Justo por meio do Resultado (VJR)

Os ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são classificados na categoria valor justo por meio do resultado, com ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo reconhecidos no resultado.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos principais instrumentos financeiros e as respectivas categorias originais de mensuração, determinadas de acordo com a IAS 39, e as novas categorias de mensuração de acordo com a IFRS 9:

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	Recebíveis	Custo Amortizado
Créditos a Receber	Recebíveis	Custo Amortizado
<b><u>Passivo</u></b>	<b><u>Categoria Original (IAS 39)</u></b>	<b><u>Nova Categoria (IFRS 9)</u></b>
Fornecedores	Outros Passivos	Custo Amortizado
Outras contas a Pagar	Outros Passivos	Custo Amortizado

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito a seguir.

### **Ativos Financeiros**

#### 4.1.1 - Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

## **Passivos Financeiros e Instrumentos de Patrimônio**

### **4.1.2 - Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### **4.1.3 - Outros passivos financeiros**

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### **4.1.4 - Baixas de passivos financeiros**

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **4.2 Imobilizado**

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base na vida útil, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

## **4.3 Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de desvalorização.

### **4.3.1 - Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa

estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta redutora de recebíveis.

#### 4.3.2 Ativos Não financeiros

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração concluiu que não há indicativos para ajustar o valor do *impairment* de seus ativos.

Em relação as projeções, as principais premissas aplicadas na preparação do modelo do FCD (Fluxo de Caixa Descontado) foram obtidas dos relatórios da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), notadamente aqueles que tratam do fator do GSF (*Generation Scaling Factor*) e do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) para energia descontratada. Também, foram considerados os CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) já firmados no ambiente de mercado livre (ACL), e a taxa de desconto utilizada permaneceu equivalente a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), divulgada pelo Ministério da Economia.

Por fim, após realizados os testes de sensibilidade de acordo com as premissas supracitas para o cálculo do valor recuperáveis dos ativos (Teste de *Impairment*), verificou-se a recuperabilidade dos ativos da companhia.

#### 4.4 Provisões

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado (geração), custo de construção (transmissão) ou intangível em curso (distribuição).

No momento do início das operações dos empreendimentos, todos os custos incluídos na Licença de Operação, cujos programas serão executados durante a concessão e o respectivo desembolso ainda não ocorreu, são mensurados e ajustados a valor presente de acordo com o fluxo de caixa estimado de desembolsos e registrados como provisões socioambientais em contrapartida ao ativo relacionado ao empreendimento, sendo ajustados periodicamente.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

#### 4.5 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/IFRS 15, estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduziu um modelo para o

reconhecimento da receita, que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Pelos novos requisitos da IFRS 15, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

#### **4.6 Operações de Compra e Venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por essa entidade ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

#### **4.7 Arrendamentos**

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos que não se enquadram nas características acima são classificados como operacionais.

Pronunciamento aplicável à Companhia a partir de 1º.01.2019

CPC 06 (R3)/IFRS 16 - Arrendamentos

Aplicável para períodos iniciados em ou após 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil dos arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requisitos da IAS 17, incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação.

### **5. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>Saldos em</b>	<b>30/06/21</b>	<b>31/12/20</b>
Caixa e bancos contas movimento		25	21
Aplicações financeiras de curto prazo		131.214	51.595
		<b>131.239</b>	<b>51.616</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 85,75% e 96,00% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, a depender do montante e data de aplicação.

## 6. Cientes

<b>Cientes</b>	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 30/06/2021</b>
Suprimento - Copel Comercialização	1.087	-	-	1.087
Suprimento - Livres	8.854	-	-	8.854
CCEE	46.910	-	-	46.910
	56.851	-	-	56.851

As vendas da companhia possuem duas estratégias: A primeira de suprimento, através da formalização de CCVEE (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica) no ACL (Ambiente de Contratação Livre), acordos integralmente adimplentes no transcurso do trimestre. A segunda, por intermédio da liquidação de energia descontratada no âmbito da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia), que representam 82,5% (oitenta e dois vírgula cinco pontos percentuais) do saldo do grupo Cientes em 30 de junho de 2021.

A companhia não realiza PDD (Provisão para Devedores Duvidosos), por entender que seus créditos estão protegidos em razão de regras regulatórias, que impõem penalidades severas para inadimplentes, mitigando um possível risco de crédito.

## 7. Partes Relacionadas

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a venda de energia elétrica, aquisição de serviços de manutenção e telecomunicações, e, encargos pelo uso do sistema de distribuição.

	<b>30/06/21</b>	<b>31/12/20</b>
<b><u>Ativo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Comercialização S.A.	1.087	1.600
<b><u>Ativo não circulante</u></b>		
<b>Controlador</b>		
COPEL Companhia Paranaense de Energia	5.851	5.851
<b>Acionista</b>		
Paineira Participações Ltda	2.507	2.507
<b><u>Passivo circulante</u></b>		
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
Copel Distribuição S.A.	1.322	1.327
Copel Geração e Transmissão S.A.	950	927
<b><u>Resultado</u></b>	<b>30/06/21</b>	<b>30/06/20</b>
<b>Entidade sob controle em comum</b>		
<b>Suprimento de Energia</b>		
Copel Comercialização S.A.	6.937	9.707
<b>Encargos de Transmissão e Conexão</b>		
Copel Distribuição S.A.	(8.018)	(7.513)
<b>Serviços de Operação e Manutenção</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(5.262)	(4.915)
<b>Serviços de Planejamento Energético</b>		
Copel Geração e Transmissão S.A.	(474)	(402)
<b>Serviços de Telecomunicações</b>		
Copel Telecomunicações S.A.	(56)	(49)



## 8. Outros Créditos

	Saldos em	30/06/21	31/12/20
Serviços em Curso ( * )		6.078	6.008
Almoxarifado de manutenção e operação		91	70
Adiantamento a empregados		105	2
Adiantamento a fornecedores		101	-
Devoluções de compras		2	2
		6.377	6.082

( \* ) Serviços em cursos da Companhia, correspondem aos valores das aplicações de recursos em Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

## 9. Tributos Compensáveis

Os tributos IRPJ e CSLL pagos por estimativa durante o exercício 2020, poderão ser compensados ou ressarcidos através de PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação), após a entrega da Declaração de Ajuste Anual ECF – Escrituração Contábil Fiscal.

	Saldos em	30/06/21	31/12/20
IRPJ pago por estimativa		1.580	1.580
CSLL pago por estimativa		914	914
Imposto de Renda retido fonte		393	270
PIS e COFINS		115	-
		3.002	2.764

## 10. Despesas Antecipadas

Registra os gastos no exercício cuja apropriação no resultado ocorrerá nos respectivos exercícios seguintes.

Descrição	Saldos em	30/06/21	31/12/20
Seguro das usinas		407	88
Seguro sede administrativa		1	1
		408	89

A companhia possui Apólice de Seguro de Riscos Operacionais junto a Sompo Seguros com vigência até 11 de março de 2022, a qual prevê o Limite Máximo de Garantia R\$ 302.616 mil.

## 11. Depósitos Judiciais

Compreende os valores depositados em juízo por conta de ações judiciais em trâmite contra a Companhia.



Descrição	Valores em R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>75</b>
- Depósitos	-
- (Ressarcimentos)	-
- Atualização monetária	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>75</b>

## 12. Tributos Federais a Restituir

Descrição	Valores em R\$ mil
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.246</b>
- Constituição	-
- Atualização monetária	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2021</b>	<b>1.246</b>

A companhia possui o Auto nº 5078666-63.2019.4.04.7000, referente a Ação de Repetição de Indébito de valor pago a maior, em trâmite na 2ª Vara Federal de Curitiba, na qual pleiteia a devolução de valores pagos a Receita Federal do Brasil a título de CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

## 13. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

As contabilizações inerentes da adoção inicial as normas internacionais de contabilidade (IFRS 1), em conformidade com legislação tributária (Lei 11.941/2009) foram adicionados na apuração do Lucro Real, os quais estão sendo realizados no transcurso do período da concessão.

Com o advento da Lei 12.973/2014, a qual extinguiu o RTT (Regime Tributário de Transição), a Companhia optou pela adoção inicial dos seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2014, e, por conseguinte a compensação no lucro real (fiscal) os valores diferidos até o exercício de 2013, cuja amortização/realização ocorrerá no período de Janeiro de 2014 a Outubro de 2036, prazo final da concessão onerosa.

Ainda, contempla os valores da base de cálculo negativa e prejuízo fiscal do último exercício fiscal e da apuração trimestral, conforme segue:

	01/01/2021	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/2021
<b>Ativo não circulante</b>				
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	16.446	24.409	-	40.855
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de concessão	21.062	(646)	-	20.416
	<b>37.508</b>	<b>23.763</b>	-	<b>61.271</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>				
Efeitos do ICPC 38 - Instrumentos Financeiros - Créditos de Carbono	132	-	-	132
	<b>132</b>	-	-	<b>132</b>
<b>Líquido apresentado no Balanço</b>	<b>37.376</b>	<b>23.763</b>	-	<b>61.139</b>

### Realização dos créditos fiscais diferidos

	Ativo	Passivo
2021	41.500	(132)
2022	1.291	-
2023	1.291	-
2024	1.291	-
2025	1.291	-
2026 a 2028	3.873	-
2029 a 2031	3.873	-
2032 a 2034	3.873	-
2035 a 2036	2.989	-
<b>TOTAIS</b>	<b>61.272</b>	<b>(132)</b>

### Reconciliação IR e CSLL

	30/06/2021	30/06/2020
<b>Lucro antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>(69.814)</b>	<b>3.378</b>
IRPJ e CSLL (34%)	23.737	(1.149)
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
<b>Adições</b>		
Despesas Indedutíveis	10.855	80
<b>Exclusões</b>		
Despesas Dedutíveis	(10.880)	(76)
Saldo RTT Regime Tributário de Transição	(1.900)	(1.900)
<b>Lucro (Prejuízo) Fiscal do Exercício</b>	<b>(71.738)</b>	<b>1.482</b>
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>24.409</b>	<b>(492)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(646)</b>	<b>(646)</b>
Alíquota efetiva - %	34,04%	33,69%

### 14. Imobilizado

Conforme estabelecido pelo órgão regulador do setor elétrico, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, na sua Resolução n° 444 de 26 de outubro de 2001, a Companhia está sujeita à adoção dos critérios específicos para cálculo de depreciação desde o início de suas operações comerciais, elencados na Resolução n° 367 de 02 de setembro de 2009.

Até o ano de 2008 o imobilizado foi avaliado pelo custo de aquisição/construção, acrescido dos encargos de financiamentos incorridos durante a fase de construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, levando em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

A partir de 2010, com efeitos retroativos ao exercício de 2009, as taxas de depreciação passaram a considerar o tempo de vida útil econômica de cada bem ou o prazo final da concessão (outubro de 2036), dos dois o menor, com base em Interpretação Técnica (ICPC 01) e Orientação (OCPC 05) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A classificação e os valores contábeis decorrentes da implantação do processo de utilização abaixo descrito ficam contabilmente evidenciados da seguinte forma:

Mutação	31/12/2020	Adições	Depreciação	Baixas	Capitalizações Transferências	30/06/2021
<b>Em serviço</b>						
Reservatórios, barragens, adutoras	180.165	-	(4.569)	-	-	175.596
Máquinas e equipamentos	110.402	1.751	(3.321)	-	-	108.832
Edificações	37.142	-	(905)	-	-	36.237
Terrenos	15.914	-	(492)	-	-	15.422
Móveis e utensílios	129	32	(19)	-	-	142
	<b>343.752</b>	<b>1.783</b>	<b>(9.306)</b>	-	-	<b>336.229</b>
<b>Em curso</b>						
Custo	3.621	280	-	-	-	3.901
	<b>3.621</b>	<b>280</b>	-	-	-	<b>3.901</b>
	<b>347.373</b>	<b>2.063</b>				<b>340.130</b>

( \* ) Amortização da conta terrenos em observância ao Decreto 2003/96, adequando ao prazo da final da Concessão.

## 15. Intangível

A partir do exercício de 2010, com efeitos retroativos a 2005, a Companhia passou a reconhecer um Ativo Intangível relativo ao direito de uso de bem público (UBP), na modalidade de concessão onerosa. A adoção dessa prática segue a orientação contida no O-CPC 05 – Contratos de Concessão.

Para fins de apuração do valor desse intangível, seguindo a orientação da norma contábil citada, a partir do valor da UBP atualizada em setembro/2005 e julho/2006, tais valores foram trazidos a valor presente para aquelas datas. Também dessas datas se passou a calcular as parcelas mensais de amortização. Esses valores são equivalentes aos valores reconhecidos no balanço consolidado da Companhia controladora.

A movimentação bem como o saldo do Intangível no período, é a seguinte:

	Contrato de concessão		Outros		Total
	em serviço	em curso	em serviço	em curso	
<b>31/12/2020</b>	<b>142.179</b>	-	<b>3.220</b>	-	<b>145.399</b>
Aquisições	-	-	-	-	-
Amortização UBP	(4.285)	-	-	-	(4.285)
Amortização GSF	(193)	-	-	-	(193)
Amortização - Outros	-	-	(82)	-	(82)
<b>30/06/2021</b>	<b>137.701</b>	-	<b>3.138</b>	-	<b>140.839</b>

## 16. Direito de Uso

Conforme nota 4.8, a partir de 1º.01.2019, o CPC 06 (R3)/IFRS 16 estabelece nova forma de registro contábil dos arrendamentos que até 31 de dezembro de 2018 eram reconhecidos no resultado, passam a serem registrados no Ativo como Direito de Uso, em contrapartida com Passivo, também como Direito de Uso na totalidade do valor do contratado durante a vigência, e os pagamentos (amortizações) contabilizados no resultado na medida da periodicidade de sua realização.

A posição do contrato de locação (Direito de Uso) da sede administrativa da companhia em 30 de junho de 2021 é a seguinte:

### Edificações

	Aluguel	Juros a Incorrer	Total
<b>31/12/2020</b>	<b>255</b>	<b>20</b>	<b>275</b>
Depreciações	(66)	-	(66)
Amortizações	-	(9)	(9)
<b>30/06/2021</b>	<b>189</b>	<b>11</b>	<b>200</b>

### 17. Obrigações Sociais e Trabalhista

Descrição	Saldos em	30/06/21	31/12/20
Salários a pagar		5	9
Tributos retidos na fonte		54	90
Provisão de férias e 13º salário		392	209
		<b>451</b>	<b>308</b>

### 18. Fornecedores

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos a pagar e acrescidos das variações monetárias, quando contratadas.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo 30/06/2021
Encargos Uso da Rede - Copel DIS	1.322	-	-	-	-	-	1.322
Materiais e Serviços - Copel GET	950	-	-	-	-	-	950
Materiais e Serviços	224	-	-	-	-	-	224
	<b>2.496</b>	-	-	-	-	-	<b>2.496</b>

### 19. Outras Obrigações Fiscais

Descrição	Saldos em	30/06/21	31/12/20
Tributos retidos na fonte		270	237
Previdência Social INSS		55	65
FGTS		9	13
PIS e Cofins		860	1.255
		<b>1.194</b>	<b>1.570</b>

### 20. Encargos de Outorga Aneel

Em 30/06/2021 a obrigação contratual, reajustada monetariamente, para o pagamento das 186 (cento e oitenta e seis) parcelas mensais restantes até o término da concessão, totalizava R\$ 1.557.434 mil, a valores nominais.

#### **Pagamento à União:**

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01.

### Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

	Outorga	Assinatura	Final	Taxa de desconto	Correção anual	30/06/2021
Complexo Energético Fundão e Santa Clara	23/10/2001	25/10/2001	28/05/2037	11,00% a.a.	IGPM	770.948

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/2020</b>	<b>82.278</b>	<b>596.158</b>	<b>678.436</b>
Encargos	13.236	120.053	133.289
Transferências	40.777	(40.777)	-
Amortização - principal	(9.500)	-	(9.500)
Pagamento - encargos	(31.277)	-	(31.277)
<b>30/06/2021</b>	<b>95.514</b>	<b>675.434</b>	<b>770.948</b>

	Valor nominal	Valor presente
2021	58.930	56.924
2022	95.514	89.872
2023	95.514	80.966
2024	95.514	72.943
2025	95.514	65.714
2026	95.514	59.202
Após 2025	1.020.934	354.327
	<b>1.557.434</b>	<b>779.948</b>

## 21. Aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

As concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica são obrigadas a aplicar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, conforme artigo 2.º, da Lei nº 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08, cuja posição em 30/06/2021 é a seguinte:

Mutação	Circulante FNDCT	Circulante MME	Circulante P&D	Não Circulante	Total
<b>31/12/2020</b>	<b>143</b>	<b>72</b>	<b>8.161</b>	-	<b>8.376</b>
Constituições	340	170	340	-	850
Juros Selic	-	-	28	-	28
Recolhimentos	(376)	(188)	-	-	(564)
Repasse - Despacho 904/21 ANEEL	-	-	(1.805)	-	(1.805)
<b>30/06/2021</b>	<b>107</b>	<b>54</b>	<b>6.724</b>	-	<b>6.885</b>

## 22. Outras Contas a Pagar

Descrição	Saldos em	30/06/21	31/12/20
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos		258	518
Direito de Uso - Edificações		129	145
		<b>387</b>	<b>663</b>

## 23. Benefício Pós Emprego

A Companhia patrocina parcialmente plano para complementação de aposentadoria e pensão, denominado Plano de Benefícios Previdenciário III. E, plano de assistência médica e odontológica, designado Plano Prosaúde III, para atendimento de seus empregados ativos e dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincida com o encerramento do exercício.

### 23.1 Plano de Benefício Previdenciário

O Plano de Benefícios Previdenciário III é um plano de Contribuição Variável – CV. As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desse plano são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à IAS 19 R e à IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da empresa.

### 23.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para cobertura parcial das despesas de saúde aos seus funcionários e dependentes, de acordo com as regras, limites e condições estabelecidos no regulamento do Plano Prosaúde III. Este plano não prevê coparticipação da patrocinadora no período pós-emprego, onde os gastos serão suportados integralmente por seus beneficiários.

Valores reconhecidos no resultado estão assim resumidos:

Mutação	Circulante	Não Circulante	Total
<b>31/12/20</b>	-	-	-
Contribuições previdenciárias e assistenciais	104	-	104
Amortizações	(104)	-	(104)
<b>31/03/21</b>	-	-	-

## 24. Provisão para Contingências

Com base no relatório da assessoria jurídica, constata-se a existência de processos contra a Companhia classificados como perda Possível ou Remota, não sendo necessária a contabilização de provisão contábil para esse fim, passíveis apenas de menção em nota explicativa as classificadas como possível.

Ações possíveis	30/06/21	31/12/20
Trabalhistas	-	-
Cíveis	965	965
Desapropriações	9.179	9.179
	<b>10.144</b>	<b>10.144</b>

**Descrição da natureza e/ou informações sobre às ações**

**a) Cíveis**

Ações que envolvem contratos administrativos, multas contratuais e indenizações.

---

**Autos:**0001464-23.2015.8.16.0031 - 2ª Cível - Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 200

**Situação Atual:** Sentença indeferindo o pedido de danos materiais e condenando em danos morais. Apelação aceita para redução do valor. Decisão transitada em julgado, processo em fase de cumprimento de sentença. Valor estimado entre condenação e multa por não cumprimento de obrigação de fazer, em torno de R\$ 200 mil.

---

**Autos:**0005190-34.2017.8.16.0031 -1ª Cível – Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 765

**Situação Atual:** Fase instrutória.

**b) Desapropriações e patrimoniais**

As ações judiciais de desapropriação e patrimoniais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (inventários em andamento, propriedades sem matrícula, etc.).

---

**Autos:**53/2005 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 97

**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:** 55/2005 - 1ª Vara Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 286

**Situação Atual:** Fase instrutória.

---

**Autos:**107/2003 – 1ª Vara Cível - Pinhão **Valor Estimado:** R\$ 325

**Situação Atual:** Acórdão dando provimento integral a apelação da Companhia, com a baixa do processo para realização de nova perícia. Perícia realizada, R\$ 325.

---

**Autos:**000395-98.2003.8.16.0031 - 1ª Cível Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 6.228

**Situação Atual:** Realizada nova perícia, no valor de 6.228. Insurgência da parte desapropriada. Ainda em fase pericial.

---

**Autos:** 0000207-28.2004.8.16.0134– 1ª Cível de Pinhão **Valor Estimado:** R\$2.244

**Situação Atual:** Fase de cumprimento de sentença, em que a ELEJOR busca reaver valor pago a maior e a desapropriada busca receber parcela que entende pendente. Fase pericial contábil. Valor estimado como pago a maior de R\$ 1.280

---

**Autos:** 454/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 1

**Situação Atual:** Processo ainda nos Tribunais superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

**Autos:** 368/2003 - 2ª Cível de Guarapuava **Valor Estimado:** R\$ 90

**Situação Atual:** Fase pericial. Processo ainda nos Tribunais Superiores, para análise de divergência com julgado paradigma.

## 25. Patrimônio Líquido

### 25.1 Capital Social

O capital social é composto de 60.300.000 ações ordinárias todas sem valor nominal, totalizando R\$ 35.503, conforme alteração do Artigo 5º do Estatuto Social contida na 64ª AGE de 18/12/2018, distribuído da seguinte forma:

Acionistas	Ações Ordinárias Subscritas e Integralizadas	Total de Ações Subscritas e Integralizadas	Participação no Capital Total Integralizado
COPEL	70%	42.209.920	70%
PAINEIRA	30%	18.090.080	30%
	<b>100%</b>	<b>60.300.000</b>	<b>100%</b>

### 25.2 Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste no Patrimônio Líquido trata-se do reconhecimento em 2012, e reavaliados em março de 2014, no ativo Intangível das RCE's (Reduções Certificadas de Emissão) / Crédito de Carbono, no valor bruto de R\$ 387, descontado os Impostos diferidos (34%) de R\$ 132.

Os certificados foram avaliados a € 1,70 (um euro e setenta centavos) ou R\$ 4,58 (quatro reais e cinquenta e oito centavos) a tonelada, preço obtido na última venda efetuada em outubro de 2012, e, em março de 2014 reavaliados a preço atual de mercado, com base na cotação da ICE Futures Europe de € 0,18 (dezoito centavos) de euros por tonelada.

## 26. Receita Líquida

Descrição	Saldos em	30/06/21	30/06/20
<b>Geração</b>		<b>79.791</b>	<b>66.543</b>
Venda de Energia UHEs - Convencional		74.236	61.320
Venda de Energia PCHs - Incentivada		5.555	5.223
<b>Comercialização</b>		<b>16.729</b>	<b>27.107</b>
Energia contabilizada na CCEE		16.729	27.107
<b>Receita Bruta</b>		<b>96.520</b>	<b>93.650</b>
Contribuição para PIS		(1.425)	(1.274)
Contribuição para COFINS		(6.566)	(5.870)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(849)	(797)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>		<b>(8.841)</b>	<b>(7.941)</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>87.679</b>	<b>85.709</b>

## 27. Custos Operacionais

Descrição	Saldos em	30/06/21	30/06/20
Materiais		(106)	(128)
Serviços de Terceiros		(5.390)	(4.581)
Depreciação		(9.291)	(9.235)



Amortização	(4.560)	(4.558)
Seguros	(420)	(230)
Compens. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	(2.337)	(946)
Taxa de Fiscalização Regulatória - ANEEL	(402)	(377)
Encargos Uso Rede de Distribuição	(8.018)	(7.513)
Outros custos	(44)	(47)
	<b>(30.569)</b>	<b>(27.615)</b>

## 28. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Descrição	Saldos em	30/06/21	30/06/20
Pessoal		(1.358)	(1.198)
Administradores		(975)	(964)
Material		(36)	(16)
Serviços de Terceiros		(709)	(364)
Depreciação		(81)	(80)
Arrendamento e Aluguéis		(30)	(37)
Seguros		(1)	(1)
Tributos		(29)	(21)
Doações, Contribuições e Subvenções		-	(35)
Outras despesas		(170)	(251)
		<b>(3.388)</b>	<b>(2.967)</b>

## 29. Resultado Financeiro

	Saldos em	30/06/21	30/06/20
<b>Receitas financeiras</b>			
Rendas de aplicações disponíveis p/venda		1.288	667
CCEE Encargos de liquidação		7.263	354
Outras receitas		-	88
<b>Total</b>		<b>8.551</b>	<b>1.109</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos da concessão - UBP - Correção IGPM		(40.777)	(34.575)
Encargos da concessão - UBP - AVP		(92.512)	(18.235)
Juros e correções - P & D		(28)	(33)
Juros Incorridos - Direito de Uso		(9)	(14)
<b>Total</b>		<b>(133.326)</b>	<b>(52.857)</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>(124.775)</b>	<b>(51.748)</b>

O IGPM (Índice Geral de Preços Médios), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, indexador para reajuste da concessão do UBP, apontou um percentual de 8,26% (oito vírgula vinte e seis pontos percentuais) no primeiro trimestre de 2021, ante 1,69% (hum vírgula sessenta e nove percentuais) para o mesmo período no ano anterior, elevando os gastos com o Ajuste a Valor Presente da dívida do Contrato de Concessão.

## 30. Cobertura de Seguros

As apólices de seguro dos bens patrimoniais da Companhia foram contratadas de acordo com a política de gerenciamento de seguros definida por sua Administração, visando a contratação de coberturas securitárias adequadas e em conformidade com a legislação aplicável, com a seguinte demonstração:

Seguradora	Vigência	Modalidade	Bens Segurados	Prêmio R\$ Mil	Importância Segurada R\$ Mil
SOMPO SEGUROS	11.03.2021 a 11.03.2022	Multirisco	Unidades Geradoras Santa Clara e Fundação	586	302.616
SOMPO SEGUROS	19.05.2021 a 19.05.2022	Risco Nomeado	Sede Administrativa (Escritório Central)	2	1.438
<b>Total</b>				<b>588</b>	<b>304.154</b>

A Companhia tem contratado a modalidade de Seguro de Vida em Grupo, para os empregados e diretores, através da Apólice nº 93.0078284, com a METLIFE.

### 31. Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade operacional normal dos negócios da Companhia, de acordo com o CPC 26, em seus itens 25 e 26. A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da empresa. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

### 32. Gerenciamento da Sustentabilidade e Ambiental

A Companhia realiza investimentos voltados à preservação ambiental e de sustentabilidade, inseridos nos projetos e programas que visam reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente.

### 33. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão restritos à Caixa e equivalentes, Clientes e Fornecedores.

	NE	30/06/21		31/12/20	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
<b>Valor Justo por meio do Resultado</b>					
Caixa e bancos contas movimento	5	25	25	21	21
Aplicações financeiras	5	131.214	131.214	51.595	51.595
<b>Custo Amortizado</b>					
Clientes	6	56.851	56.851	104.599	104.599
<b>Total dos ativos financeiros</b>		<b>181.051</b>	<b>203.461</b>	<b>156.215</b>	<b>156.215</b>
<b>Passivos financeiros</b>					
<b>Total dos passivos financeiros</b>		-	-	-	-

Os ativos e passivos financeiros têm seus valores justos equivalentes a seus respectivos valores contábeis, em razão da natureza e prazos de liquidação destes.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos contabilizados como Caixa e equivalentes, bem como das aplicações financeiras, aplicando praticamente a totalidade dos recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória em bancos privados de primeira linha. E, declara que não opera instrumentos financeiros na modalidade de derivativos.

### Resumo das aplicações financeiras de curto prazo em 30 de junho de 2021

Descrição	Taxa a.a.	Data de emissão	Vencimento	Tipo	30/06/2021	
					Valor contábil	Valor justo
CDB - Bradesco	85,75	02/10/2018	16/09/2021	Custo amortizado	11	11
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	11/01/2021	16/12/2025	Custo amortizado	1.946	1.946
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	15/01/2021	19/12/2025	Custo amortizado	1.618	1.618
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	08/02/2021	13/01/2026	Custo amortizado	17.231	17.231
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	09/02/2021	14/01/2026	Custo amortizado	15.613	15.613
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	08/03/2021	10/02/2026	Custo amortizado	15.658	15.658
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	10/03/2021	12/02/2026	Custo amortizado	7.364	7.364
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	18/03/2021	20/02/2026	Custo amortizado	1.366	1.366
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	07/04/2021	12/03/2026	Custo amortizado	17.438	17.438
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	09/04/2021	13/03/2026	Custo amortizado	17.158	17.158
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	10/05/2021	14/04/2026	Custo amortizado	9.325	9.325
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	11/05/2021	15/04/2026	Custo amortizado	13.664	13.664
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	09/06/2021	14/05/2026	Custo amortizado	12.146	12.146
CDB - Caixa Econ. Fed.	96,00	10/06/2021	14/05/2026	Custo amortizado	676	676
					<b>131.214</b>	<b>131.214</b>

### 34. Impactos do COVID-19

A companhia monitora os impactos da pandemia global em função do coronavírus, que causa a doença denominada Covid-19. No contexto operacional, várias medidas foram tomadas, como testagem das equipes de operação e manutenção que atuam no CEFSC, sanitização dos ambientes das usinas e modificação no ambiente do refeitório com o fornecimento de porções individualizadas em substituição ao sistema de buffet. Enquanto na sede administrativa, foram implementadas medidas de infraestrutura tecnológica, possibilitando aos colaboradores, acesso remoto aos sistemas e aplicativos da empresa, ofertando o denominado *home office*.

Os possíveis impactos financeiros são acompanhados pela administração, especialmente na manutenção de valores disponíveis de caixa e equivalentes, considerados confortáveis. Além, disso, faz-se o acompanhamento dos contratos de recebíveis bilaterais (CCVEE), os quais encontram-se adimplentes em sua totalidade, com acompanhamento mensal do Fluxo de Caixa Previsto *versus* Realizado.

### 35. Eventos Subsequentes

Em 19 de julho de 2021, conforme Ata da 161ª Reunião do Conselho de Administração da companhia, o colegiado autorizou a contratação dos serviços de O&M (Operação e Manutenção) necessários a recuperação do Túnel da UHE FND (Usina Hidrelétrica de Fundão), parcialmente interrompido devido ao deslocamento da fase geológica. Outrossim, procedeu-se a suplementação do orçamento para fazer frente aos gastos da recuperação em R\$ 29.769 (vinte e nove milhões setecentos e sessenta e nove mil reais).

JOAO BIRAL  
JUNIOR:00852291990  
52291990

Assinado de forma digital por JOAO BIRAL JUNIOR:00852291990  
Dados: 2021.07.30 16:59:26 -03'00'

**João Biral Junior**  
Diretor Presidente

CLEVERSON  
MORAES  
SILVEIRA:00457690950  
50

Assinado de forma digital por CLEVERSON MORAES SILVEIRA:00457690950  
Dados: 2021.07.30 17:09:13 -03'00'

**Cleverson Moraes Silveira**  
Diretor Administrativo Financeiro

FERNANDO SOUZA  
RIBEIRO:23616652987  
87

Assinado de forma digital por FERNANDO SOUZA RIBEIRO:23616652987  
Dados: 2021.07.30 17:01:51 -03'00'

**Fernando Souza Ribeiro**  
Contador CRC/PR: 024544/O-3

## RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

**Aos**

**Acionistas, aos Conselheiros e aos Administradores da  
ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A  
Curitiba - PR**

### **Introdução**

Revisamos as informações contábeis intermediárias da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A**, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, para o período de três e seis meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração da **ELEJOR – CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S/A** é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### **Alcance da revisão**

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias, consiste na realização de indagações, principalmente as pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que de auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### **Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referida, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

## Outros assuntos

### Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis intermediárias acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias.

São Paulo, 30 de julho de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL  
AUDITORES INDEPENDENTES S/S  
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091  
5091

Assinado de forma digital  
por ROGER MACIEL DE  
OLIVEIRA:90238435091  
Dados: 2021.07.30  
18:05:12 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira  
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 “T” SP  
Sócio Responsável Técnico